

Educação antirracista na educação infantil: formação docente e práticas pedagógicas

Anti-racist education in early childhood education: teacher training and pedagogical practices

Ribamar Rodrigues Ferreira^{1*}; Elizabete Rodrigues da Silva²; Maria das Graças Passos de Santana Santos³; Flávia Pedreira Almeida⁴

^{1*} (autor correspondente) Centro Universitário Maria Milza – UNIMAM, Governador Mangabeira - Bahia, Brasil, 44350-000, ribamar29@hotmail.com; <https://orcid.org/0009-0003-0659-7469>; ² Centro Universitário Maria Milza – UNIMAM, Governador Mangabeira - Bahia, Brasil, 44350-000, betysilvaok@bol.com.br; <https://orcid.org/0000-0003-2044-2255>; ³ Centro Universitário Maria Milza – UNIMAM, Governador Mangabeira - Bahia, Brasil, 44350-000, mariapassossantos40@gmail.com ; <https://orcid.org/0009-0004-1831-3360>; ⁴ Centro Universitário Maria Milza – UNIMAM, Governador Mangabeira - Bahia, Brasil, 44350-000, flavia.farmacia21@gmail.com; <https://orcid.org/0009-0006-1645-1836>

Resumo

A educação antirracista constitui um compromisso ético, social e pedagógico fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva. No contexto da Educação Infantil, essa abordagem assume papel essencial na formação de identidades positivas, no reconhecimento da diversidade cultural e no enfrentamento das desigualdades raciais desde os primeiros anos de escolarização. Esta pesquisa teve como objetivo analisar as práticas pedagógicas relacionadas às relações étnico-raciais na Educação Infantil e propor um curso de formação continuada para docentes como produto educacional. O estudo adotou abordagem qualitativa, de natureza exploratória, com coleta de dados realizada por meio de questionários e rodas de conversa com professoras da rede municipal de ensino. Os resultados evidenciaram que as práticas relacionadas à temática ainda ocorrem de forma pontual, geralmente associadas a datas comemorativas, revelando a necessidade de formação docente específica e contínua. Como desdobramento da pesquisa, foi elaborado um curso de formação voltado à implementação de práticas pedagógicas antirracistas na Educação Infantil.

Palavras-chave: Educação antirracista, educação Infantil, formação docente, relações étnico-raciais.

Abstract

Anti-racist education represents an ethical, social, and pedagogical commitment essential to building a more just, democratic, and inclusive society. In the context of Early Childhood Education, this approach plays a fundamental role in the development of positive identities, the recognition of cultural diversity, and the confrontation of racial inequalities from the earliest years of schooling. This study aimed to analyze pedagogical practices related to ethnic-racial relations in Early Childhood Education and to propose a continuing education course for teachers as an educational product. The research adopted a qualitative, exploratory approach, with data collected through questionnaires and conversation circles with teachers from the municipal school system. The results revealed that practices related to the theme are still occasional and generally associated with commemorative dates, indicating the need for specific and continuous teacher training. As an outcome of the research, a teacher training course focused on the implementation of anti-racist pedagogical practices in Early Childhood Education was developed.

Keywords: anti-racist education, early childhood education, teacher training, ethnic-racial relations.

1. Introdução

A educação antirracista constitui um compromisso ético, social e pedagógico voltado à construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva. No contexto brasileiro, marcado por profundas desigualdades raciais historicamente construídas, a escola assume papel fundamental no enfrentamento do racismo e na valorização das identidades negras e indígenas. Nesse cenário, a Educação Infantil se destaca como etapa decisiva para a formação das identidades, das relações sociais e das primeiras percepções das crianças sobre si mesmas e sobre o outro.

A infância é um período sensível para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social, no qual as experiências vividas influenciam diretamente a construção da autoestima e do sentimento de pertencimento. Estudos apontam que, desde cedo, as crianças percebem diferenças raciais e podem reproduzir preconceitos presentes no meio social. Dessa forma, a ausência de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade pode contribuir para a naturalização do racismo, enquanto ações intencionais e planejadas favorecem a construção de identidades positivas e relações baseadas no respeito.

No Brasil, a legislação educacional tem avançado no sentido de promover a educação das relações étnico-raciais. A Lei nº 10.639/2003 tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, posteriormente ampliada pela Lei nº 11.645/2008, que incluiu a temática indígena (Brasil, 2003). As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e a Base Nacional Comum Curricular também reforçam a importância da valorização da diversidade cultural e do combate a todas as formas de discriminação no ambiente escolar.

Apesar dos avanços legais e das orientações curriculares, observa-se que, na prática, a educação antirracista ainda não se encontra plenamente integrada ao cotidiano pedagógico da Educação Infantil. Em muitos contextos, as ações relacionadas à temática ocorrem de forma pontual, geralmente vinculadas a datas comemorativas, sem continuidade ao longo do ano letivo. Essa abordagem fragmentada revela a necessidade de práticas pedagógicas mais intencionais, sistemáticas e articuladas ao currículo.

Nesse sentido, a formação docente assume papel central na efetivação da educação antirracista. Muitos professores relatam dificuldades em abordar a temática, seja pela ausência de formação específica, seja pela falta de materiais pedagógicos adequados. A formação continuada surge, portanto, como estratégia fundamental para ampliar o repertório teórico e metodológico dos docentes, possibilitando a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade racial e a valorização da diversidade cultural.

Diante desse contexto, esta pesquisa buscou responder à seguinte questão: como as práticas pedagógicas da Educação Infantil têm contemplado a educação antirracista e de que forma a formação docente pode contribuir para sua efetivação? O objetivo geral do estudo foi analisar as práticas pedagógicas relacionadas às relações étnico-raciais na Educação Infantil e propor um curso de formação continuada para docentes como produto educacional. A relevância social e pedagógica da pesquisa reside na contribuição para o fortalecimento de práticas educativas que promovam o respeito à diversidade e a construção de uma educação mais inclusiva desde a infância.

2. Material e Métodos

2.1 Abordagem e Metodologia

A pesquisa apresenta metodologia mista, combinando estratégias qualitativa, descritiva e documental, com o objetivo de proporcionar uma compreensão ampla e aprofundada do fenômeno investigado. A abordagem qualitativa foi utilizada junto aos docentes, por possibilitar a apreensão de aspectos subjetivos, percepções e significados atribuídos pelos participantes ao objeto de estudo.

Essa escolha metodológica alinha-se diretamente aos objetivos da investigação, que buscam compreender as práticas pedagógicas da Educação Infantil com ênfase na educação das relações étnico-raciais, fornecendo subsídios para a elaboração de uma proposta de formação docente voltada à perspectiva antirracista.

Quanto à natureza dos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como descritiva, por buscar analisar as características do contexto educacional investigado, incluindo o perfil das escolas, a formação docente, a presença de recursos pedagógicos e as práticas relacionadas à educação antirracista. Esse caráter descritivo permitiu traçar um panorama da realidade escolar, essencial para a construção de um produto educacional contextualizado.

A investigação também assumiu caráter documental, ao incluir a análise de documentos institucionais e pedagógicos que orientam o trabalho escolar, especialmente no que se refere à inserção da educação antirracista na Educação Infantil. Essa etapa complementou as análises qualitativas, fornecendo embasamento normativo para a elaboração da proposta de formação docente.

2.2 Campo de Pesquisa

A pesquisa foi realizada no município de Governador Mangabeira, localizado no Recôncavo Baiano. O sistema municipal de ensino é composto por vinte e oito escolas, distribuídas entre a zona urbana e a zona rural.

O universo da pesquisa correspondeu às três escolas que ofertam a Educação Infantil no município, sendo:

- Duas localizadas na zona rural;

- Uma localizada na zona urbana.

A escolha dessas instituições ocorreu em razão de suas distintas características organizacionais e contextuais, considerando fatores como:

- Densidade populacional do entorno;
- Disponibilidade de recursos pedagógicos;
- Condições de infraestrutura;
- Relação com o território;
- Particularidades socioambientais.

Ressalta-se que, embora duas instituições estejam situadas na zona rural, elas não se enquadram na concepção de escola do campo, por não desenvolverem práticas pedagógicas orientadas pelos princípios e diretrizes da Educação do Campo, configurando-se como escolas rurais vinculadas ao sistema regular de ensino.

2.3 Participantes

Participaram do estudo 30 profissionais da educação que atuavam diretamente na Educação Infantil, sendo:

- 24 professoras;
- 3 coordenadoras pedagógicas;
- 3 diretoras.

Critérios de inclusão

- Estar atuando na Educação Infantil há, no mínimo, dois anos;
- Aceitar participar voluntariamente da pesquisa;
- Assinar o Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE).

Critérios de exclusão

- Estar afastado das atividades por motivo de licença, férias ou doença;
- Estar atuando como auxiliar ou estagiário.

2.4 Procedimentos

A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas principais: fase documental e fase de campo.

Fase documental

Foram analisados documentos normativos e institucionais, como:

- Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
- Projeto Político-Pedagógico das escolas;
- Referencial Curricular Municipal.

Essa etapa teve como objetivo identificar diretrizes, orientações oficiais e possíveis lacunas relacionadas à implementação da educação antirracista na Educação Infantil.

Fase de campo

A fase de campo envolveu a realização de entrevistas semiestruturadas e rodas de conversa com os profissionais participantes.

As entrevistas foram realizadas presencialmente, em salas reservadas nas escolas, garantindo privacidade e evitando interferências externas. Cada entrevista teve duração média de 30 minutos e foi gravada com o auxílio de aparelho celular, com posterior transcrição integral.

Também foram realizadas duas rodas de conversa com o grupo de docentes, com o objetivo de promover um espaço coletivo de diálogo, troca de experiências e reflexão sobre práticas pedagógicas relacionadas à educação antirracista. Cada encontro teve duração aproximada de 45 minutos e seguiu um roteiro orientador previamente elaborado.

2.5 Instrumentos de Coleta de Dados

Para garantir a triangulação das informações e maior consistência analítica, foram utilizados diferentes instrumentos de coleta de dados:

Análise documental

Exame de documentos institucionais e normativos para identificar orientações

curriculares e lacunas relacionadas à educação antirracista.

Entrevistas semiestruturadas

Foram realizadas entrevistas com professores e coordenadores pedagógicos, utilizando um roteiro com seis questões baseadas nos objetivos da pesquisa. O instrumento permitiu compreender:

- Percepções sobre educação antirracista;
- Desafios enfrentados no cotidiano escolar;
- Práticas pedagógicas desenvolvidas.

Rodas de conversa

As rodas de conversa possibilitaram a discussão coletiva sobre:

- Práticas pedagógicas exitosas;
- Dificuldades enfrentadas;
- Necessidades formativas.

Os depoimentos foram registrados e utilizados como material de análise qualitativa.

2.6 Análise dos Dados

Os dados foram analisados por meio da técnica de Análise de Conteúdo, conforme Minayo (2011), buscando identificar categorias temáticas emergentes. O processo ocorreu em três etapas:

2.6.1 Pré-análise

Realizou-se a leitura flutuante dos dados coletados nas entrevistas e rodas de conversa, com o objetivo de:

- Organizar o material;
- Selecionar o corpus textual;
- Identificar categorias preliminares.

2.6.2 Exploração do material

Foi realizada leitura aprofundada das transcrições para identificar unidades de registro relacionadas à educação antirracista. A partir dessas unidades, foram definidas as categorias temáticas emergentes.

2.6.3 Tratamento e interpretação dos resultados

As categorias identificadas foram analisadas e interpretadas à luz do referencial teórico da pesquisa, estabelecendo conexões entre os achados empíricos e a fundamentação teórica.

2.7 Critérios Éticos da Pesquisa

Por envolver participação de seres humanos, a pesquisa seguiu os critérios éticos estabelecidos pelas Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016, que regulamentam estudos nas áreas das Ciências Humanas e Sociais.

O projeto foi submetido à Plataforma Brasil e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob parecer nº 7.593.681. Somente após essa aprovação teve início a coleta de dados.

Os participantes foram informados sobre:

- Objetivos da pesquisa;
- Possíveis riscos e benefícios;
- Direito de desistência em qualquer etapa.

Foi solicitado o Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE), garantindo o anonimato dos participantes, que foram identificados por pseudônimos.

Os riscos foram considerados mínimos, relacionados a possíveis desconfortos ao responder às perguntas. Como benefícios, destaca-se a contribuição para a melhoria das práticas pedagógicas e para o fortalecimento de uma educação mais inclusiva e equitativa.

3. Resultados

Os resultados da pesquisa indicaram que há, entre as profissionais participantes, um

reconhecimento crescente da importância da educação étnico-racial na Educação Infantil. As docentes demonstraram compreender a relevância da temática para a formação das crianças e para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. No entanto, também foram evidenciados desafios estruturais e pedagógicos que dificultam a implementação de práticas antirracistas de forma contínua, sistemática e contextualizada no cotidiano escolar.

Entre os principais entraves identificados, destacam-se a ausência de formação continuada voltada especificamente para a educação antirracista, a carência de materiais didáticos adequados e a pouca clareza nas diretrizes institucionais para a efetivação da Lei nº 10.639/2003. Embora as docentes afirmem conhecer a Base Nacional Comum Curricular e os Projetos Político-Pedagógicos das escolas, muitas relataram não se sentir suficientemente preparadas para transformar os princípios legais e teóricos em práticas pedagógicas concretas no campo da equidade racial (Brasil, 2017).

Os dados também revelaram que a inserção da temática étnico-racial no planejamento pedagógico ocorre, na maioria das vezes, de forma pontual, geralmente associada a datas comemorativas. Essa abordagem fragmentada demonstra a ausência de ações sistemáticas ao longo do ano letivo, o que compromete a consolidação de práticas pedagógicas antirracistas. A limitação de recursos pedagógicos e a falta de orientações institucionais mais claras também foram apontadas como fatores que dificultam a integração da temática ao currículo.

No que se refere às estratégias didáticas, observou-se que muitas docentes recorrem a recursos próprios, como músicas, contação de histórias, atividades lúdicas e projetos interdisciplinares, para abordar a valorização das identidades negras. Apesar das limitações estruturais, essas iniciativas demonstram criatividade e compromisso com a temática, mantendo vivas as discussões sobre diversidade e identidade no cotidiano escolar.

Por fim, a pesquisa evidenciou uma demanda significativa por formação continuada que aborde a educação étnico-racial de maneira prática, contextualizada e acessível. As profissionais manifestaram interesse em cursos que promovam a troca de experiências, apresentem metodologias aplicáveis à realidade das escolas públicas e ofereçam suporte teórico e pedagógico para o desenvolvimento de práticas antirracistas. Esses resultados reforçam a

necessidade de políticas educacionais voltadas à formação docente e fundamentam a proposta do produto educacional apresentado neste estudo.

4. Discussão

A análise dos dados evidenciou que, embora as profissionais participantes reconheçam a importância da educação étnico-racial na Educação Infantil, ainda persistem fragilidades estruturais, formativas e pedagógicas que dificultam sua efetivação no cotidiano escolar. Esse cenário revela um distanciamento entre as orientações legais e curriculares e as práticas desenvolvidas nas instituições, confirmando que a simples existência de legislações, como a Lei nº 10.639/2003, não garante, por si só, a implementação de práticas pedagógicas antirracistas.

No que se refere ao perfil profissional das participantes, observou-se que todas possuem formação inicial em Pedagogia e tempo considerável de experiência na Educação Infantil. No entanto, a formação continuada em nível de pós-graduação concentra-se majoritariamente na equipe gestora, o que pode gerar um distanciamento entre as orientações institucionais e a prática docente cotidiana. Esse dado confirma o argumento de Munanga (2015), ao afirmar que a experiência profissional, quando não acompanhada de processos formativos críticos e sistemáticos, tende a reproduzir práticas tradicionais, muitas vezes desprovidas de intencionalidade antirracista.

A análise também demonstrou que a integração da temática étnico-racial no currículo ocorre de forma superficial e fragmentada. Embora a Lei nº 10.639/2003 esteja presente nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas, faltam orientações metodológicas claras que auxiliem os docentes na implementação das diretrizes legais no cotidiano pedagógico. Tal situação reforça a ideia de Freire (1996) de que não há prática educativa neutra, sendo necessário que a ação pedagógica seja intencional, crítica e coerente com os princípios de justiça social.

Outro aspecto relevante diz respeito à carência de recursos didáticos adequados para o trabalho com a diversidade étnico-racial. Os dados indicaram acervos limitados e pouco

representativos, o que leva os docentes a recorrerem à improvisação e a iniciativas individuais para abordar a temática. Essa realidade compromete a efetividade das políticas educacionais e reforça o que Munanga (2015) aponta como invisibilização das identidades negras no espaço escolar, quando não há representatividade nos materiais pedagógicos.

Apesar das limitações estruturais, foram identificadas práticas criativas e comprometidas com a valorização da identidade negra, especialmente por meio de atividades lúdicas, contação de histórias e projetos interdisciplinares. Essas iniciativas demonstram o potencial transformador da ação docente quando há intencionalidade pedagógica, ainda que limitada por condições institucionais desfavoráveis. Tal perspectiva dialoga com o pensamento de Freire (1996), ao defender que a prática educativa deve ser um ato político, voltado à emancipação dos sujeitos e à construção de uma sociedade mais justa.

Os resultados também evidenciaram a necessidade de formação continuada que articule, de maneira prática e contextualizada, as dimensões étnico-racial e ambiental. Observou-se um descompasso entre o entendimento conceitual da equipe gestora e as práticas desenvolvidas pelas docentes, indicando a urgência de processos formativos que promovam a mediação pedagógica e a integração curricular dessas temáticas. Essa articulação é defendida por autores que compreendem a educação como instrumento de transformação social, capaz de promover justiça racial e ambiental por meio de práticas pedagógicas críticas e contextualizadas.

Diante desse contexto, a pesquisa reforça a importância de políticas públicas educacionais voltadas à formação continuada, à aquisição de materiais didáticos representativos e à revisão dos documentos institucionais, de modo a garantir a transversalidade da educação étnico-racial no currículo da Educação Infantil. A efetivação de uma educação antirracista depende, portanto, da articulação entre legislação, formação docente, recursos pedagógicos e intencionalidade educativa, constituindo-se como um processo contínuo de reflexão, ação e transformação no espaço escolar.

Como produto educacional, foi proposto um curso de formação continuada destinado à implementação de práticas pedagógicas antirracistas na Educação Infantil, com foco na articulação entre fundamentos teóricos, estratégias metodológicas e experiências pedagógicas

contextualizadas. A proposta formativa busca fortalecer a atuação docente, promovendo reflexões críticas, o desenvolvimento de competências pedagógicas voltadas à equidade racial e a construção de práticas educativas que valorizem a diversidade e a identidade das crianças desde os primeiros anos escolares (Silva, 2002).

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, à minha família esposa, filhos, mãe e irmão pelo apoio, incentivo e compreensão durante toda a trajetória do mestrado.

Ao Centro Universitário Maria Milza (UNIMAM), pela formação e pelo acolhimento institucional, e aos professores do programa, em especial à minha orientadora, Professora Dra. Elizabete Rodrigues, pela dedicação, orientações e confiança ao longo desta pesquisa.

Aos colegas de mestrado, pelo companheirismo, pelas trocas de experiências e pelo apoio mútuo durante essa caminhada.

Referencias

Brasil. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

Brasil. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: Ministério da Educação, 2017.

Freire, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Minayo, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2011.

Munanga, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

Silva, Petronilha Beatriz Gonçalves. *Educação e identidade dos negros*. São Paulo: Cortez, 2002.